



PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Parecer Jurídico nº 040/2025

Processo Administrativo nº 191/2025

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviço comum e continuado de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionados, tipo janela e split, pertencentes a Câmara Municipal. Prorrogação do prazo de vigência contratual.

RELATÓRIO

Os autos foram encaminhados a esta Procuradoria Jurídica Legislativa para análise da minuta do 1º Termo Aditivo ao Contrato 013/2025, celebrado entre a **Câmara Municipal de Jataí** e a empresa **LS AR CONDICIONADO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.479.277/0001-60, o qual tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado pertencentes a Câmara Municipal de Jataí conforme especificação do anexo I do Edital Pregão Presencial 007/2024.

O 1º aditamento tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, com fundamento no Art. 107 da Lei 14.133/2021 e Cláusula Sétima do Contrato 013/2024.

A Lei das Licitações, Lei 14.133/2021, prevê no Art. 107, a possibilidade da prorrogação dos contratos de prestação de serviços continuados por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Conforme atestado pelo fiscal do contrato, os serviços prestados estão a contento; o valor do contrato é condizente com os valores de mercado apurado; a empresa contratada tem interesse na prorrogação e mantém os requisitos de habilitação.

O 1º Ato de Apostilamento utilizou como índice de reajuste, o IPCA apurado no período de agosto de 2024 a agosto de 2025, conforme previsão contratual.



A minuta do 1º Termo Aditivo do Contrato 013/2024 parece-me conforme as exigências da Lei de Licitações, por isso o considero regular e apto a ser assinado pela Presidente da Câmara Municipal e a referida prorrogação é legal, por atender os requisitos da Lei das Licitações.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 01 outubro de 2025.

Renata Silva Oliveira
Procuradora-Geral